



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM HISTÓRIA LOCAL  
ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE HISTÓRIA LOCAL:  
SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E CULTURA**

**JOABSON SILVA DOS SANTOS**

**ENTRE O CEMIC E O LAR DO GAROTO: A ATUAÇÃO DO PADRE  
OTÁVIO SANTOS E DA SOCIEDADE CONTRA O “PROBLEMA DO  
MENOR” EM CAMPINA GRANDE-PB (1959-1974)**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2020**

JOABSON SILVA DOS SANTOS

**ENTRE O CEMIC E O LAR DO GAROTO: A ATUAÇÃO DO PADRE  
OTÁVIO SANTOS E DA SOCIEDADE CONTRA O “PROBLEMA DO  
MENOR” EM CAMPINA GRANDE-PB (1959-1974)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pós-Graduação em História Local: Sociedade, Educação e Cultura, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Especialista em História Local.

Linha de Pesquisa: História, educação e produção de sentidos.

Orientadora: Professora Dra. Lucira Freire Monteiro.

CAMPINA GRANDE-PB  
2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237e Santos, Joabson Silva dos.  
Entre o CEMIC e o Lar do Garoto [manuscrito] : a atuação do Padre Otávio Santos e da sociedade contra o "problema do menor" em Campina Grande-PB (1959-1974) / Joabson Silva dos Santos. - 2020.  
35 p. : il. colorido.  
Digitado.  
Monografia (Especialização em Estudos de História Local, Sociedade, Educação e Cultura) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa , 2020.  
"Orientação : Profa. Dra. Lucira Freire Monteiro , Departamento de História - CEDUC."  
1. Menor abandonado. 2. Problema social. 3. Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade - CEMIC. 4. Campina Grande - PB. I. Título  
21. ed. CDD 361

JOABSON SILVA DOS SANTOS

ENTRE O CEMIC E O LAR DO GAROTO: A ATUAÇÃO DO PADRE  
OTÁVIO SANTOS E DA SOCIEDADE CONTRA O “PROBLEMA DO  
MENOR” EM CAMPINA GRANDE-PB (1959-1974)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
no Curso de Pós-Graduação em História  
Local: Sociedade, Educação e Cultura da  
Universidade Estadual da Paraíba, em  
cumprimento à exigência para obtenção do  
grau de Especialista em História Local.

Linha de Pesquisa: História, educação e  
produção de sentidos

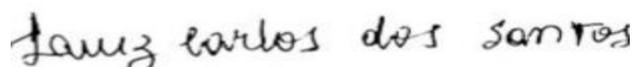
Aprovado em: **16/07/2020**

**BANCA EXAMINADORA**



---

Professora Dra. Lucira Freire Monteiro (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba



---

Prof. Luiz Carlos dos Santos (Examinador Interno)  
Universidade Estadual da Paraíba



---

Prof. Dr. Petrucio Ladjânio Araújo Pessoa (Examinador Externo)  
Universidade de Coimbra



---

Joabson Silva dos Santos  
(Autor)

*Dedico esse trabalho aos meus pais, Justo e Maria do Socorro, por sempre estarem dispostos a me ajudar nos momentos mais difíceis da minha vida e por sempre acreditarem na minha perseverança. Dedico também a minha namorada Maria Aparecida, por sempre estar ao meu lado, me apoiando, escutando meus desabafos e se preocupando comigo.*

# **ENTRE O CEMIC E O LAR DO GAROTO: A ATUAÇÃO DO PADRE OTÁVIO SANTOS E DA SOCIEDADE CONTRA O “PROBLEMA DO MENOR” EM CAMPINA GRANDE-PB (1959-1974)**

Joabson Silva dos Santos<sup>1</sup>

## **RESUMO**

Em meados do século XX a cidade paraibana de Campina Grande já se deparava com um problema característico das maiores cidades do país. O problema do menor abandonado nas ruas, em situação de mendicância, ou envolvido em práticas criminosas, já assustava a população da cidade. Este artigo tratará de como o poder público, a sociedade, e principalmente a iniciativa religiosa, buscaram respostas para um problema que a população clamava por soluções. Aqui será abordado o esforço, no trabalho educativo e preventivo sobre os menores, do Padre Otávio Santos, da Congregação Sagrado Coração de Jesus. Para evitar que os menores enveredassem no crime e para tirá-los do abandono nas ruas o padre coordenou os trabalhos da entidade Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade – CEMIC e fundou o Lar do Garoto Campinense. Esses dois lugares foram os principais focos de reeducação dos menores, tendo o protagonismo do padre, e que será tratado no presente artigo.

**Palavras-chave:** Menor. Padre Otávio. Campina Grande.

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba (NUPEHP). E-mail: jo\_astral@hotmail.com.

# **BETWEEN CEMIC AND THE GUY'S HOME: THE PERFORMANCE OF FATHER OTÁVIO SANTOS AND SOCIETY AGAINST THE “MINOR PROBLEM” IN CAMPINA GRANDE-PB (1959-1974)**

Joabson Silva dos Santos<sup>2</sup>

## **ABSTRACT**

In the middle of the twentieth century the city of Campina Grande, in Paraíba, is already facing a problem that is characteristic of the largest cities in the country. The problem of the abandoned child on the streets, in a situation of begging, or involved in criminal practices, already scared the population of the city. This article will deal with how the government, society, and especially the religious initiative, sought answers to a problem that the population cried out for solutions. Here the effort, in the educational and preventive work on minors, of Father Otávio Santos, of the Congregation Sagrado Coração de Jesus, will be approached. To prevent minors from engaging in crime and to get them out of the streets, the priest coordinated the work of the Center for the Study of Minors and Community Integration - CEMIC and founded Lar do Garoto Campinense. These two places were the main focus of re-education of minors, with the priest's role, and which will be addressed in this article.

**Keywords:** Minor. Father Otávio. Campina Grande.

---

<sup>2</sup> Graduated in History from the Universidade Estadual da Paraíba. Member of the Núcleo de Pesquisa e Extensão em História da Paraíba (NUPEHP). E-mail: jo\_astral@hotmail.com.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 MENORES EM CONFLITO COM A LEI: PARA ONDE ENCAMINHÁ-LOS?.....	12
3 PADRE OTÁVIO E O TRABALHO ASSISTENCIAL.....	19
3.1 A atenção do Estado através da FUNABEM .....	19
3.2 CEMIC: o esforço conjunto em prol do atendimento ao menor .....	22
3.3 Lar do Garoto Campinense .....	27
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
FONTES .....	36
Fontes primárias.....	36
REFERÊNCIAS .....	36
AGRADECIMENTOS .....	37

## 1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa que aqui apresentamos revela-se como novo para a produção historiográfica e o ofício do historiador. Para que os sujeitos na fase compreendida entre a infância e toda a adolescência fossem entendidos como passível de uma atenção especial, há séculos se fez presente, na História, diferentes concepções para enquadrá-los no que se entende atualmente por menor.

A busca por soluções para o enfrentamento do menor abandonado, em situação de delinquência ou mendicância era notória no Brasil antes do século XX, assim como o uso do termo *menor* tornou-se frequente no vocabulário jurídico entre o fim do século XIX e início do século XX. Segundo Londoño (1996), no período colonial a palavra, como sinônimo de criança, adolescente ou jovem, era usada para marcar os limites etários que impediam as pessoas de terem direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas. O matrimônio, por exemplo, não era permitido antes dos 25 anos. Após a proclamação da independência, a *menoridade* foi aplicada, conforme os limites etários, para definir as responsabilidades penais. O código criminal do Império, de 1830, compreendia a idade mínima de 21 anos para os considerados menores, sendo que até essa idade eram definidos três períodos de idade para a aplicação da pena: os menores de 14 anos não tinham responsabilidade penal, podendo ser recolhidos a casas de correção se agissem com “discernimento”; aos enquadrados entre 14 e 17 anos de idade poderia o juiz impor-lhes as penas de cumplicidade; enquanto os maiores de 17 anos eram condenados criminalmente.

Atualmente, no Brasil, todo indivíduo é considerado juridicamente menor e, portanto, inimputável até completar 18 anos de idade. De acordo com Passeti (1996), a determinação dessa idade como marco que separa a menoridade da responsabilidade penal se deu através do Decreto-lei 2.848, em 7/12/1940. Foi a partir da década de 1920 que o termo *menor* passou a referir e indicar a criança em situação de abandono e marginalização. Assim,

Partindo dessa definição, através dos jornais, das revistas jurídicas, dos discursos e das conferências acadêmicas foi se definindo uma imagem do menor, que se caracterizava principalmente como criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos pais, seus tutores, o Estado e a sociedade (LONDOÑO, 1996, p. 135).

Como visto acima, a definição de *menor* se aplicava essencialmente às crianças ou adolescentes abandonados (tanto material como moralmente), não sendo enquadrados os filhos “de família” sob a autoridade paterna ou o órfão devidamente tutelado. Afora essa caracterização, crianças eram definidas como crianças e adolescentes como adolescentes.

Assim, em caso de menores abandonados, estes eram encaminhados, no século XIX, às Santas Casas ou a particulares.

A importância de nos remetermos novamente ao século XIX se dá exatamente porque, além de existir instituições destinadas a receber órfãos (especificamente recém-nascidos) abandonados, foi exatamente durante esse período que o maior interesse pela menoridade, por parte dos juristas, sinalizava para a criação das primeiras instituições que tinham o objetivo de prevenir a criminalidade dos menores ou corrigir os julgados criminosos. Conforme Londoño (1996), a partir de uma vinculação mais forte do Brasil ao mercado mundial surgiram mudanças econômicas e sociais importantes e com elas o desejo de copiar os europeus e americanos. O desejo de participar dos avanços e do progresso ocidental fez com que os juristas brasileiros acompanhassem as transformações da jurisprudência internacional, levando-os a procurar, nas legislações europeia e americana, modelos e exemplos da legislação e das instituições do menor que deveriam ser existir no Brasil. Nos Estados Unidos, as primeiras instituições de atendimento aos menores infratores foram criadas a partir de 1825. Com uma disciplina rigorosa, essas casas de correção adotaram o trabalho físico e manual como meios regeneradores. Dessas instituições nasceram as colônias agrícolas e as escolas industriais - instituições que funcionavam como escola, prisão e fábrica num mesmo espaço e com o mesmo método disciplinar, educador e reabilitador. De acordo com Londoño (1996), entre o fim do século XIX e o início do século XX foram criadas leis que visavam proteger a criança e a sociedade nos Estados Unidos e na Europa. Através delas, era concedido aos juízes o poder de intervir nas famílias consideradas desajustadas, pois sob sua influência as crianças poderiam enveredar para o crime. Percebidos como incapazes de educar seus filhos, os pais poderiam perder a guarda deles, devendo entregá-los a instituições que iriam assumir a criação dos menores e que contavam com especialistas (assistentes sociais, médicos, educadores) vistos como competentes substitutos para cumprir as funções do lar.

De acordo com o autor, no Brasil, durante a primeira metade do século XX, o problema do menor também encontrou na falta de autoridade dos pais e no seu despreparo na educação dos filhos a sua principal causa. Para os juristas da época, a desagregação familiar, somada às condições econômicas e sociais que a modernidade trouxe, resultava no crescente número de crianças abandonadas que, por sua vez, encontravam a rua como lugar privilegiado para cometer roubos, furtos, etc. A rua era apontada como local de desagregação onde os menores ficavam entregues ao vício, à mendicância e à prostituição. Em São Paulo, por exemplo, o número de menores de ambos os sexos que perambulavam pelas ruas, sozinhos ou

em bandos, já assustava os transeuntes. A prática de roubos e furtos dos menores atraía frequentemente a ação policial, que agia de modo a combater a vadiagem infantil<sup>3</sup>.

Mas embora esses menores abandonados representassem perigo para a população, os juristas também passaram a enxergá-los como vítimas. A criança como vítima da falta de educação intelectual e afetiva fazia crescer um problema que assolava todo o país. Pois, entendida como o capital humano que o capital industrial precisava, estaria necessitada de ações disciplinadoras que velassem pelo progresso do país.

O problema tornava-se ainda mais preocupante após a apreensão dos menores. Isso porque, com a falta de instituições específicas para atendê-los, as autoridades destinavam os menores para Casas de Detenção ou para as cadeias das grandes cidades. Conforme Londoño (1996), a convivência de menores com adultos criminosos fazia daqueles locais verdadeiros laboratórios do crime e escolas para criminosos. A pressão dos juristas pelo estabelecimento de um direito do menor permitiu que fosse criada por decreto uma série de instituições destinadas a receber os menores abandonados e em conflito com a lei. Assim,

A ideia de destinar as instituições criadas a formar e educar, com o objetivo de prevenir a criminalidade do menor e do adulto, confrontava-se com a ideia de encaminhar as instituições para o castigo e punição, com o objetivo de reprimir nos moldes das pessoas adultas (LONDOÑO, 1996, p. 141).

Através dessa iniciativa preventiva, o menor deveria ser encaminhado para instituições que prezassem pela educação, sendo tiradas dos focos de contágio, estes entendidos também como as cadeias e casas de detenção, onde estavam adultos criminosos. Sendo colocadas em instituições que lhes formassem o caráter e tiradas das ruas, o menor abandonado não mais seria, na opinião dos juristas, tratado como caso de polícia e de simples repressão urbana.

O Lyceo do Sagrado Coração de Jesus, o Abrigo de Santa Maria e o Instituto D. Ana Rosa são exemplos de alguns institutos privados de recolhimento de menores existentes em São Paulo desde o século XIX. De acordo com Santos (2002), essas instituições eram, normalmente, fundadas por particulares ou congregações religiosas ligadas ao comércio e à indústria. Como lugares que recebiam filhos de operários ou de comerciantes, havendo lá o ensino profissionalizante, havia resistência dos diretores em receber, do Estado, menores incriminados judicialmente.

---

<sup>3</sup> “A criminalidade infantil estava quase sempre condicionada ao que se convencionou chamar de crime de 'vadiagem', previsto nos artigos 399 e 400 do Código Penal. As ruas da cidade, repletas de trabalhadores rejeitados pelo mercado formal de mão-de-obra e ocupados com atividades informais, era palco de inúmeras prisões motivadas pelo simples fato de as 'vítimas' não conseguirem comprovar, perante autoridade policial, sua ocupação” (SANTOS, 2002, p. 221-222). Essa é uma leitura particular do autor com relação a atribuição penal.

Diante da demanda e da reclamação de juristas e autoridades policiais para que o governo criasse uma instituição pública de correção e recuperação dos “jovens delinquentes” o secretário da justiça Bento Bueno elaborou, em 1902, a Lei nº 844, que autorizava o governo a fundar o Instituto Disciplinar, inaugurado em 1903. Seus internos eram encaminhados para lá através de sentença emitida pelo Juiz de Direito, sendo registrados num livro de matrícula, submetidos a interrogatório pelo próprio diretor e a uma série de exames médicos e antropométricos tão logo entrasse na instituição. Dividido em seções, o instituto separava os menores – com idade variada entre nove e 21 anos de idade – de acordo com critérios como a delinquência, a faixa etária e a robustez<sup>4</sup>.

O trabalho regenerativo com os menores se dava através da pedagogia do trabalho – sobretudo o trabalho agrícola – visando combater a ociosidade. Lá, além de serem inseridos nas seções contínuas de exercícios físicos e no trabalho agrícola, os jovens tinham aula de “ginástica moderna”, educação cívica e instrução militar com manejo de armas e exercícios de combate, o que aponta para a pretensão da instituição em educar cidadãos que tivessem amor à pátria, formados como soldados para a defesa nacional.

Intensificando o trabalho de atendimento a esses menores, o Estado buscou, através de políticas públicas, não só prevenir a criança da delinquência e do abandono, mas também agir de modo a protegê-la na primeira metade do século XX. Conforme Londoño (1996), antes da criação do Código de Menores de 1927 já havia sido regulamentado pelo Estado, em 1923, o Serviço de Assistência e Proteção à Infância Abandonada e aos Delinquentes, podendo o menor ser assistido por profissionais das áreas médica, higienista, educacional ou jurídica.

Mas a História nos mostra que, até que o Estado voltasse sua atenção para a questão existiu, em muitas cidades, a iniciativa particular - ou de poderes públicos aos quais não competia atender os menores - como percussora. Esse foi o caso da cidade paraibana de Campina Grande, a partir de meados do século XX, onde o trabalho de alguns magistrados, e principalmente da iniciativa religiosa, foi decisivo para assistir os menores.

Embora existindo um limitado número de trabalhos concernente ao tema no Brasil, pode-se observar em algumas obras da historiadora Mary Del Priore discussões relacionadas ao menor no Brasil, sua inclinação na cultura do crime e as supostas medidas de prevenção e reajustamentos sobre ele.

O interesse por buscar na História essas questões, em Campina Grande, partiu de um projeto de extensão no “Lar do Garoto”, em Lagoa Seca, ainda no curso da minha graduação

---

<sup>4</sup> Quanto à divisão de acordo com o sexo, “as meninas eram mantidas numa ala especial, completamente isolada e incomunicável com a ala masculina, onde basicamente predominavam as mesmas regras de disciplina e organização do tempo” (Santos, 2002, p. 227).

em História. Ao manusear os documentos na organização do arquivo, se deparando com inúmeras histórias de vidas e com internos conhecidos dos meus tempos de infância, nasceu a vontade de pesquisar sobre um trabalho que as paredes daquela instituição testemunhara há mais de meio século e que teve como figura notável o Padre Otávio Santos.

O interesse pelo tema suscitou indagações relacionadas ao problema da pesquisa que ora se apresenta: Como foram tratados os problemas relacionados com a “delinquência” infantil? Quais medidas foram tomadas para atender os menores “transviados”? Como os órgãos públicos e a iniciativa particular atuaram para prevenir e corrigir os menores que eram aliciados ao crime em Campina Grande?

Para buscar respostas para tais questionamentos e tentar entender como se deu o trabalho com os considerados “menores infratores” na cidade, foram analisadas 218 páginas do jornal Diário da Borborema, relacionadas ao tema. Assim, esse trabalho é fruto de uma pesquisa na referida fonte, abrangendo os 15 anos do recorte temporal aqui definido. Para tal, definimos metodologicamente o presente trabalho, organizado da seguinte forma:

No item intitulado “Menores em conflito com a lei: para onde encaminhá-los?” é mostrada a atuação de magistrados e políticos em meio a um problema que a população campinense já clamava por soluções.

O segundo item, intitulado “Padre Otávio e o trabalho assistencial”, fala da atuação de um padre que dedicou sua vida a assistir os menores abandonados da cidade. Após as linhas introdutórias, a discussão dessa parte segue dividida entre os seguintes subitens: “A atenção do Estado através da FUNABEM”, onde fala da criação e do funcionamento da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor; “CEMIC: o esforço conjunto em prol do atendimento ao menor”, onde é discutido o atendimento da fundação ao Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade, e como esta última se destacou a partir dos anos 70; e, por último, “Lar do Garoto Campinense”, onde é abordado a criação dessa instituição e o esforço do padre Otávio Santos para dar continuidade à sua obra.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo geral entender como o menor delinquente e abandonado nasce em Campina Grande como objeto de preocupação de vários setores da sociedade. Tem como objetivos específicos analisar a atuação do padre, e da iniciativa religiosa, para resolver um problema considerado de difícil situação; como a atenção particular deu respaldo ao trabalho assistencial; e como se deu a luta do padre no CEMIC e no Lar do Garoto, a fim de desempenhar esse trabalho social.

Convido o leitor a examinar essa parte História Social de Campina Grande, focalizando a atenção do Padre Otávio à infância e à adolescência.

## 2 MENORES EM CONFLITO COM A LEI: PARA ONDE ENCAMINHÁ-LOS?

No final da década de 1950 a cidade de Campina Grande já se deparava com um problema característico das maiores cidades do país, assim como de João Pessoa, na Paraíba. O problema do menor abandonado, em condições de mendicância ou delinquência era notado tanto nas regiões periféricas da cidade como também fazia com que as pessoas que circulavam pelo centro da cidade clamassem por soluções ao poder público. Nas décadas de 1960 e 70 o jornal Diário da Borborema já noticiava ocorrências, denúncias ou reivindicações de soluções ao poder público:

Os ladrões-mirins, ontem voltaram a pôr em polvora o pátio da feira do Mercado Central, com um grande número de furtos, dos quais foram vítimas alguns feirantes e vários de seus fregueses.

Conforme informação do investigador Joaquim Silvestre, chefe da Seção de Roubos e Furtos da DIC, ao meio-dia de ontem, até aquela hora haviam sido registrados na feira sete furtos, todos praticados por menores de 12 anos (DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 5 de Maio de 1959).

No dia de ontem, o policial Edgar Silva, prendeu, nas proximidades do Mercado Central, o ladrão mirim conhecido pelo vulgo de “Totinha”, quando o delinquente tentava apossar-se de uma doméstica que se achava fazendo sua feira.

O menor, que pertence a uma família já especializada no sub-mundo do crime, e irmão do conhecido mirim “Regis”, foi conduzido para a Delegacia e apresentado ao investigador Antonio Miguel. Em poder de “Totinha” foram encontrados NCr\$ 200, 00 (duzentos cruzeiros novos), produto de suas atividades no pátio no Mercado Central (DIÁRIO DE BORBOREMA, Campina Grande, 29 de Agosto de 1968).

Ladrões mirins praticaram mais um assalto na rua Maciel Pinheiro. Desta feita a vítima foi a doméstica Terezinha Nobre Leite, residente na rua José de Alencar, 778, no bairro da Prata.

Terezinha tinha vindo ao comércio fazer umas compras e andava despercebida, quando dois menores lhe arrancaram a bolsa e fugiram em desabalada carreira, deixando-a sem dinheiro (DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 9 de Maio de 1970).

As notícias acima compreendem exemplos de ocorrências policiais que testemunham como o problema do menor assolava a população campinense nesse período. São eivados de uma retórica criminalista em torno da delinquência infanto-juvenil. Através da referida fonte jornalística pode-se constatar que os lugares de movimentação de pessoas, a exemplo do

Mercado Central e outros lugares onde havia atividade comercial, eram pontos frequentados por esses menores.

A maioria das citações a seguir também fala da atuação, no Mercado Central, desses menores em conflito com a lei, sendo que todas as três revelam uma peculiaridade comum das ações dos menores:

O menor J. S., de 14 anos e residente no bairro do Cruzeiro em companhia do marginal mirim conhecido pelo vulgo de “Guaru”, na tarde de anteontem resolveram aplicar um golpe no Colégio Alfredo Dantas, aproveitando-se do grande número de pessoas que matriculavam seus filhos no educandário.

A vítima escolhida foi a senhora Marlene Barros de Brito Silva, residente à rua José Lins do Rêgo nº 641 e que aquela hora se encontrava no colégio, em companhia de dois filhos menores.

“Guaru” deu um **encontrão** naquela doméstica, ocasião em que abriu sua bolsa. Em seguida, J. S. veio por detrás e tirou-lhe a carteira de cédulas contendo 140 cruzeiros novos, em dinheiro (DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 3 de Fevereiro de 1968 – destaque nosso).

O feirante José Zuca, domiciliado à rua São Paulo nº 157 e que negocia na feira do Mercado Central, na manhã de ontem, quando se encontrava despachando um freguês, levou um violento **encontrão** pelas costas, desferido por um menor.

A princípio, o pequeno comerciante não levou o fato em conta, no entanto, posteriormente, verificou que havia lhe roubado 190 cruzeiros novos, em dinheiro, que guardava num dos bolsos da calça.

[...]

Em vista disso e sem saber para quem apelar, mais essa vítima dos marginais mirins que infestam a cidade, compareceu à Delegacia de Roubos e Furtos, onde solicitou providências aos agentes da Lei (DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 11 de Fevereiro de 1968 – destaque nosso).

A sra. Maria Alves Andrade, residente à rua Maximiniano Chaves nº 60, na Palmeira, foi roubada ontem nas proximidades do Mercado Central, quando se encontrava fazendo feira.

A doméstica levou um **encontrão** de um menor da cor morena clara e roupa de xadrez, e momento depois verificou que haviam abertos sua bolsa levando todo o dinheiro que conduzia

Imediatamente, a prejudicada compareceu à Delegacia de Investigações e Capturas, onde registrou uma queixa, salientando que o menor lhe havia roubado 14 cruzeiros novos em dinheiro com o qual pretendia efetuar suas compras na feira (DIÁRIO DA BORBOREMA, Campina Grande, 11 de Abril de 1968 – destaque nosso).

Não obstante todas essas últimas notícias falem da atuação dos menores na feira do Mercado Central (como nas anteriores), em cada caso há um fato novo em comum às três: a

nova forma de abordagem através do encontrão. Dessa maneira, os menores agiam em dupla, de modo que enquanto um esbarrava na vítima o outro puxava sua carteira, bolsa ou cédula.

Enquanto o problema do menor assolava a população devido às práticas como assaltos, roubos e homicídios entre os meninos, a prostituição infantil das meninas era um fato que também preocupava os campinenses. Eram meninas de idade variada entre 10 e 14 anos de idade que frequentemente se encontravam no centro da cidade, especificamente na Rua Maciel Pinheiro, próximas às casas comerciais. Em pontos específicos da cidade, essas meninas apelavam para pornografia, faziam gestos obscenos e provocavam os homens que passavam nas ruas centrais da cidade. Muitos desses casos, quando eram melhores esclarecidos à polícia, sinalizavam para a influência implícita de adultos, como a denúncia de que na Rua Almeida Barreto um casal mantinha uma “casa suspeita” para meninas de menor ou a de que, no bairro da Liberdade, a mulher conhecida como Maxixe arranjava um amante para sua filha de apenas onze anos de idade<sup>5</sup>.

Em maio de 1968, juízes paraibanos se reuniram em Campina Grande no II Encontro dos Magistrados, a fim de estudar o problema da juventude e das causas que a levavam a cometer infrações. Nas sessões, os magistrados discutiam sobre o uso de medidas para resolver esse problema social, considerando a falta de meios e recursos para proteção dos menores. Juntamente com outros magistrados, Everardo Luna, então professor de Direito Penal da Universidade do Recife, falou da exclusividade de suas competências, restrita à aplicação e execução da Lei, questionando:

Se o Juiz, por formação moral e vocação, tomasse a iniciativa de atacar a solução dos problemas sociais que tocam mais ao Executivo, não faria os Governos esquecerem de resolver esses problemas até ficarem convencidos com o tempo de que esses problemas não lhes competiam, e sim aos Juízes (Diário da Borborema, 29 de maio, 1968).

O receio do magistrado era de que chegasse às consequências mais extremas um fato que há anos já vinha acontecendo na cidade. Para ele, a falta de recursos e meios suficientes para se realizar um trabalho eficaz de combate à marginalização dos menores - cujos serviços eram reivindicados aos poderes executivos - e os esforços do poder judiciário poderiam provocar um total descaso dos poderes executivos, que, por sua vez, tratariam o problema como de competência exclusiva do Poder Judiciário.

Como uma das primeiras providências, o Juizado de Menores adotou algumas medidas para controlar e identificar a presença dos menores em clubes. Em janeiro de 1970, o juiz Hamilton de Souza Neves (**Imagem 1**) baixou uma Portaria em que só seria admitida a

---

<sup>5</sup> Diário da Borborema, 5 de abril, 1970.

presença de menores de 14 a 18 nos bailes carnavalesco, realizados nos clubes sociais da cidade, mediante a aquisição de um cartão que serviria de licença para o ingresso nos clubes. Para obter o cartão, os menores deveriam comparecer no edifício do Fórum com os pais ou responsáveis, portando seus documentos e duas fotos 3/4. Para entrar nos bailes, além de ter que apresentar a autorização judicial, os menores também deveriam está acompanhados dos pais ou responsáveis. A Portaria também proibia a presença de menores de 18 anos em bailes públicos, clubes fechados, boates e cabarés, assim como a venda, a eles, de bebidas alcoólicas.

Intensificando seu trabalho de identificação dos menores, o magistrado adotou, no mesmo ano, uma política que foi seguida pelos juízes de menores de João Pessoa e Recife, respectivamente Mario Resende e Nelson Ribeiro. A nova medida consistia na emissão de carteiras de identificação de menores para ter acesso também a lugares como os cinemas, o que atraiu, para os corredores do Fórum, grande número de pais ou responsáveis dos menores que pagavam uma pequena quantia (Diário da Borborema, 1 de Julho, 1970). Às casas de diversão, os menores só teriam acesso mediante a apresentação de sua própria carteira de identificação. Com essa iniciativa, o juiz buscava melhor identificar os menores abandonados nas ruas e impedir a entrada deles em salas de cinema com exhibições inapropriadas para menores. Além disso, o dinheiro arrecadado do pagamento das carteiras seria enviado, como cota mensal, às casas de amparo ao menor em Campina Grande. Até o ano de 1972 o juiz Hamilton de Souza Neves já contabilizava a emissão de cerca de sete mil carteiras, entendendo que o trabalho estava sendo muito bem desenvolvido. Para se ter ideia do quão comprometido estava a área jurídica com a questão do menor, no final desse ano a direção da Faculdade de Direito de Campina Grande criou entre suas disciplinas o Direito do Menor. Sendo uma das primeiras instituições do país a criar a disciplina em seu curso, a faculdade visava enfrentar com mais veemência a problemática social, a fim de evitar o maior índice de marginalização infantil.

IMAGEM 1: JUIZ HAMILTON DE SOUZA NEVES



Fonte: Jornal Diário da Borborema

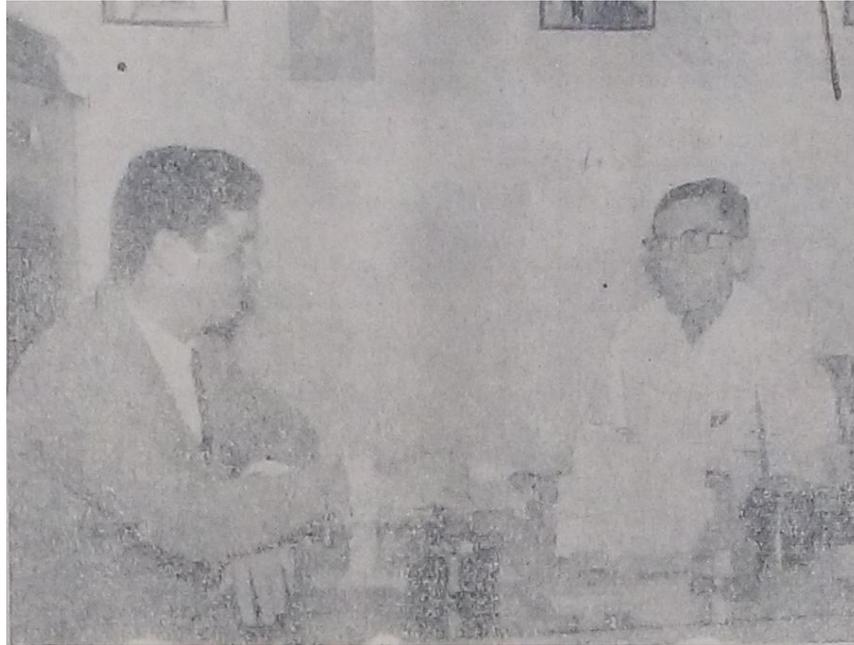
Outra medida tomada pelo Juizado de Menores da cidade refere-se à criação de um Quadro de Fiscal de Menores, com intuito de fiscalizar a presença de menores em lugares como casas de jogos, cabarés e bares. Em maio de 1959, esse corpo de fiscalização já existente havia sido reorganizado, pelo Dr. Antonio Taveira de Faria - então juiz privativo da Vara de Menores daquela Comarca - com 30 fiscais que tinham a incumbência de corroborar para a punição dos donos dos referidos estabelecimentos. Mas com o aumento do número de menores nas ruas e nos lugares proibidos por lei, ao que parece, a atuação dos fiscais não surtia o efeito desejado nas décadas seguintes:

(...) Ninguém toma qualquer providência. Não há condições, ao que tudo indica, não há também fiscais ou comissários de menores. Os poucos que por acaso ainda existam, nada podem fazer. Não têm tempo para agir, pois ocupações outras não lhes permitem (Diário da Borborema, 24 de Janeiro, 1973).

Tornaram-se frequentes, no referido jornal, queixas como a supracitada. A carência deixada pela atividade fiscalizadora se dava porque os fiscais não eram remunerados, o que fazia com que eles não tivessem tempo e condições de atuar, estando, em muitos casos, ocupados com serviços que lhes garantiam a sobrevivência.

Em meio às reivindicações feitas para que as autoridades e o poder público atuassem mais contra o problema, o Sr. Filemon Araújo<sup>6</sup> (**Imagem 2**), comissário do Juizado de Menores, buscava estudar soluções para um problema considerado de difícil situação. O principal obstáculo se dava exatamente pela falta de um local de internação para atender a demanda de menores delinquentes e abandonados, o que obrigava as autoridades a soltá-los, permitindo, assim, que eles voltassem às ruas.

IMAGEM 2: SR. FILEMON ARAÚJO (À DIREITA)



Fonte: jornal Diário da Borborema

A construção de lugares apropriados para encaminhar os menores desajustados já era uma reivindicação frequente não apenas em Campina Grande, mas também na capital do estado. Em março de 1966, por exemplo, o deputado Sebastião Calixto falava, numa sessão da Assembleia Legislativa, da demora na construção de um novo pavilhão em João Pessoa, exigindo medidas repressivas do governo através da polícia; já o deputado Silvio Porto, em debate, recusava as medidas repressivas propostas, tratando a delinquência infantil como um problema de natureza socioeconômica.

Em Campina Grande, a realização de reuniões, conferências ou seminários buscava atrair a atenção do poder público para resolução do problema, tendo em vista que o Juizado de Menores da cidade não dispunha de um abrigo para comportar os menores, sobretudo os delinquentes. Em debate na Câmara Municipal, os vereadores Manoel Barbosa e João

---

<sup>6</sup> Na primeira metade da década de 60, Filemon Araújo exercia os cargos de Chefe Geral da Fiscalização de Menores e diretor da Casa de Detenção. Ali foram reservadas duas salas para o recolhimento dos menores desajustados que eram encontrados pelas ruas da cidade (Diário da Borborema, 24 de Janeiro, 1964).

Nogueira de Arruda<sup>7</sup> reclamavam, em janeiro de 1967, do problema infanto-juvenil; também o vereador José Luiz Júnior reivindicava, em suas campanhas, a criação de um centro de recuperação de menores; em novembro de 1970 foi realizado o II Seminário Estadual do Bem Estar do Menor, encontro que teve como abertura e encerramento a apresentação do Coral da Escola Profissional Presidente João Pessoa (Pindobal) - escola de reeducação de menores localizada em Mamanguape - e como finalidade debater a problemática do menor.

Muitos menores detidos eram encaminhados para o conhecido Pavilhão Piragibe Maracajá, na Casa de Detenção, onde ficavam algumas horas sob os cuidados do comissário e em seguida eram liberados. Com a dificuldade de manter os menores em constante acompanhamento, as autoridades criaram o Plano Experimental do Menor. Promovido por instituições como o Secretaria de Serviço Social do município, a Secretaria de Trabalho do Estado e o Juizado do Menor, o Plano Experimental teve início no dia 12 de setembro de 1972, no Centro Integrado do Catolé. Previsto para durar um ano - podendo ser, ao final desse período, estudadas as condições de viabilidade de continuação ou extinção – e dispondo de uma verba de pouco mais de oitocentos cruzeiros, o novo trabalho foi iniciado com 25 menores selecionados. No Centro Integrado, eles ficavam em regime de semi-internato das 07h00minhrs às 17h30minhrs, recebendo alfabetização, recreação, alimentação e instruções sobre “artes manuais”<sup>8</sup> enquanto que, aos pais, eram dadas instruções de como recebê-los em casa.

Em 1973, o juiz Hamilton de Souza Neves e o comissário João Nogueira de Arruda uniram esforços, junto com o apoio da comunidade local, para criar, no novo prédio cedido pela Secretaria de Segurança do Estado, o novo abrigo de menores. O novo prédio do Juizado de Menores, que anteriormente funcionava na Rua Maciel Pinheiro, foi reformado e adaptado na Rua Pedro I, no Bairro São José, contendo dois compartimentos, um para meninos e outro para meninas. Na ocasião da campanha foram proferidas várias palestras nas comunidades locais da cidade, sendo doadas camas e roupas por particulares; o Juizado de Menores preparou um projeto para o funcionamento oficial do novo local, providenciando seu Estatuto para, assim, viabilizar a liberação de verbas.

O novo abrigo entrou em funcionamento antes de sua inauguração - cuja data marcada era o dia 21 de agosto de 1973 - com o nome de Casa da Paz de Amparo ao Menor e com capacidade para abrigar 25 menores. Mas, conforme noticiado, em janeiro do ano seguinte

---

<sup>7</sup> Na época, o vereador apresentou um Projeto de Lei que defendia a destinação de 5% dos ingressos vendidos no teatro, cinema, estádios etc., para o Lar do Garoto e outras duas instituições de assistência ao menor.

<sup>8</sup> Para o ensino de artes manuais, a instituição contava com a colaboração do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Diário da Borborema, 27 de outubro, 1972).

constatava-se a presença de apenas 15 menores (Diário da Borborema, 17 de Janeiro, 1974). Isso porque, embora havendo assistência médica, de vestuário, alfabetização e artesanato, até essa data a instituição não dispunha de verba para manter o quadro completo, sendo mantida apenas por recursos materiais e financeiros da iniciativa particular. No final do mês, era noticiado o recebimento de verba, porém insuficiente para oferecer boas condições de trabalho.

### **3 PADRE OTÁVIO E O TRABALHO ASSISTENCIAL**

Além da atuação de juristas que buscavam meios de atender os menores desviantes em Campina Grande, e que muito fizeram para solucionar o problema, teve destaque, na segunda metade do século XX, o esforço de um homem que se dedicou incansavelmente ao trabalho preventivo e educativo dos menores. Pertencente à Congregação Sagrado Coração de Jesus, congregação que tinha sua sede em Taquaritinga, Pernambuco, o padre angariou recursos da iniciativa religiosa, particular e também do poder público para combater o problema do menor abandonado e em condições de delinquência na cidade. Sua obra mais notável (e ao que parece, a mais grandiosa da época) nesse sentido tem, até hoje, seu nome gravado nas paredes: trata-se da instituição socioeducativa Lar do Garoto Padre Otávio Santos.

Enquanto atendia os menores nessa instituição, o padre Otávio também esteve à frente, como coordenador, do Centro de Estudos do Menor e Integração da Comunidade - CEMIC. Nessa entidade, também contou com a ajuda da comunidade, de trabalhos voluntários e também do poder público.

Antes de falar especificamente do CEMIC e do Lar do Garoto, é importante perceber a atenção do poder público frente ao problema - cuja atenção era solicitada, e por vezes atendida, pelo padre Otávio. Através da Fundação Nacional do Bem Estar do Menor – FUNABEM, o Estado atendeu o CEMIC e o Lar do Garoto em meio ao problema do menor. Por isso, faz-se necessário falar, nos parágrafos seguintes, dessa entidade que, atuante em todo o país, teve seus serviços notados em Campina Grande, especificamente no CEMIC e no Lar do Garoto.

#### **3.1 A atenção do Estado através da FUNABEM**

Para tratar da FUNABEM é importante considerar que nos anos de 1960 o problema do menor delinquente e abandonado passou a ser considerado problema público, não só em Campina Grande, mas em todo o território nacional, sendo necessária uma ação conjunta da comunidade e da família, junto ao governo federal, no combate à criminalidade infanto-juvenil. Assim,

No ano de 1965 foi apresentada a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, através da Lei 4.513 de 1/12/1964. No mesmo ano foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, que entrou em funcionamento a partir de 1968, no então estado da Guanabara (SANTOS, 2019, p. 352).

Em relação ao serviço de atendimento ao menor desenvolvido pela FUNABEM é importante considerar a atuação de outros serviços dessa natureza nas décadas anteriores, em especial o Serviço de Assistência ao Menor – SAM. De acordo com Amorim (2013), até a sua criação, em 1941, prevalecia uma justiça de cunho assistencialista e paternalista centralizado pelo Juízo de Menores, este criado em 1923. Como órgão federal responsável pelo controle da assistência pública e privada do menor em escala nacional, o SAM prosseguiu com o mesmo modelo e estrutura do Juízo de Menores, atendendo os menores abandonados e delinquentes por meio de encaminhamento às instituições oficiais e particulares. Mas nos anos de 1950 sua estrutura foi sendo abalada. Nessa década, “o SAM foi sendo tomado por relações clientelistas, abusos e corrupções: recursos foram distribuídos sem fiscalização rígida e verbas foram desviadas, nunca chegando a beneficiar as crianças” (AMORIM, 2013, p. 33). No regime militar, surgiram críticas atreladas à idealização e à luta por uma nova entidade que assumisse as atribuições do SAM usando novas bases. Foi nesse contexto que foi criada a FUNABEM:

A criação da FUNABEM emerge como imperativo para a dissolução do antigo Serviço de Atendimento ao Menor – SAM – do então estado da Guanabara, devido às sucessivas rebeliões promovidas pelos internos e por se considerar obsoletas as então técnicas de reeducação do menor (PASSETTI, 1996, p. 151).

O novo modo de atendimento proposto pela FUNABEM baseava-se em proteger a criança na família, além de buscar a integração do menor na comunidade. Tendo como articulador o Dr. Mário Altenfelder, a nova política contava com corpo técnico especializado de diversos saberes, como assistentes sociais e psicólogos. Admitindo a internação somente em último caso, a FUNABEM deveria adotar meios para prevenir e corrigir as causas do desajustamento em todas as suas correlatas nos demais estados brasileiros.

Tinha por objetivo contribuir com o bem-estar nacional atuando, assim, em prol do bem-estar do menor. Essas metas faziam parte dos Objetivos Nacionais Permanentes. Para se chegar ao patamar do bem-estar a FUNABEM ponderou a defesa da família como valor universal, devendo sempre atuar sobre a desorganização familiar. O despreparo dos pais levaria a marginalização dos filhos, o que, por sua vez, abalaria a ordem. Dessa forma, a FUNABEM serviu para disseminar a ideologia da Doutrina da Segurança Nacional – esta disposta a combater o “inimigo interno”, corporificado nas influências comunistas e subversivas. Para preservação do considerado padrão cultural ocidental seria necessário evitar os desajustamentos sociais dos menores, causados pela falta de afeto e amor da família. Pois,

De acordo com o discurso da FUNABEM, a sociedade sofre um processo de degenerescência em relação aos valores. Isso corresponde ao crescimento da população menor carente e infratora. Caberia às comunidades a tarefa de recuperação do chamado menor, através de organismos oficiais, religiosos e classes mais favorecidas (PASSETTI, 1996, p. 158).

Como visto na citação acima, além de propor o ajustamento familiar, o Estado invocava a ação comunitária. Através de novas técnicas de reintegração do menor marginalizado foram avaliados os componentes biopsicossociais do menor e as novas bases para o tratamento se ergueram nas Unidades Educacionais das Fundações. Assim, nos respectivos estados brasileiros foram criadas as fundações ligadas à sua matriz, a saber, a FUNABEM: em São Paulo, por exemplo, foi criada, na década de 1970, a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor – FEBEM; já na Paraíba, foi criada pela esposa do ex-governador José Américo de Almeida a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor Alice de Almeida – FEBEMAA, em 1975. Seguindo as diretrizes da PNBEM e assistidas pela FUNABEM, as FEBEMs de cada estado deveriam atender o menor dispondo de recursos que garantiriam suprir suas necessidades básicas como saúde, recreação, amor e compreensão e segurança social dentro das instituições assistidas.

A fim de efetivar seu trabalho em todo território brasileiro frente às fundações de cada estado, como presidente da FUNABEM, o Dr. Mário Altenfelder percorreu os estados brasileiros promovendo palestras e participando de reuniões. Em novembro de 1972, o II Encontro Nacional de Secretários Estaduais, Presidentes de Fundações e Diretores de Serviços de Menores reuniu, em Belo Horizonte, representantes de diferentes estados como os de Mato Grosso, Espírito Santo, Amazonas e Pará (Diário da Borborema, 29 de Novembro, 1972). Na ocasião, foram debatidos pontos como: o problema do recolhimento de menores em cadeias públicas exatamente por falta de instituição especializada para menores delinquentes;

a prostituição de adolescentes, especialmente a presença de meninas em prostíbulos; desvios de verbas; e a carência material e afetiva, somada à desorganização familiar, como causa de marginalização dos menores. Noutro encontro, em São Paulo, o pediatra alertou para o tratamento do menor, que deveria ser visto como sujeito que necessita de proteção, e não apenas como puro objeto de preocupação local<sup>9</sup>.

Em Campina Grande, o médico era esperado para, no auditório da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, realizar suas palestras entre os dias 13 e 15 de outubro, de 1965, com os seguintes temas: “A indústria e o Menor”, “O Menor” e “Agora a Solução”. Na cidade, a FUNABEM passou a examinar o problema do menor para dar-lhe solução através de sua metodologia, e um dos focos dessa atuação refere-se ao CEMIC, entidade que ganhou notoriedade na primeira metade da década de 1970 em Campina Grande.

### **3.2 CEMIC: o esforço conjunto em prol do atendimento ao menor**

Contando com a colaboração de outros órgãos, do comércio local, de voluntários e da comunidade em geral, o CEMIC de Campina Grande teve, nos anos de 1970, como figura de grande notoriedade o Padre Otávio, então seu coordenador. Na cidade, o padre recebia representantes da FUNABEM - a exemplo da representante desse órgão na cidade de João Pessoa, Zuile Andrade Almeida, e de Francisco Gomes, supervisor do núcleo central do CEMIC, sediado em Recife - assim como participava de encontros de capacitação na capital pernambucana. Somado a participação da comunidade e do comércio local, um convênio firmado entre a Fundação da Universidade Regional do Nordeste - FURNE, Prefeitura Municipal, FUNABEM e o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF garantia a continuidade dos trabalhos do CEMIC. A primeira fornecia estudantes estagiários, a Prefeitura, através do prefeito Evaldo Cruz (1973-1977), fornecia funcionários e ficava com a responsabilidade do prédio onde estava instalada a sede, enquanto os outros dois forneciam veículos e materiais necessários para os trabalhos. Além disso, a FUNABEM também fornecia técnicos para orientar os voluntários que atuavam sobre o problema na cidade.

Para atender os menores eram promovidas campanhas nas escolas e universidades da cidade, a fim de divulgar seus trabalhos e arregimentar voluntários. Nas escolas, eram instalados postos de inscrição de voluntários pelo Departamento de Recursos Humanos do CEMIC, ao mesmo tempo em que a entidade se constituía como campo de estágio para

---

<sup>9</sup> Palestra realizada no dia 1 de fevereiro, de 1973, no Conselho Técnico de Economia, Sociologia e Política da Federação do Comércio de São Paulo (Diário da Borborema, 2 de Fevereiro, 1973).

estudantes universitários dos cursos de Medicina, Odontologia, Administração, Serviço Social. Com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, por exemplo, Padre Otávio manteve entendimentos para implantar cursos profissionalizantes ministrados pelos voluntários de lá. Aos voluntários, eram oferecidos cursos, como o de datilografia, com emissão de certificados.

Além de participar, juntamente com as assistentes sociais e outros membros do CEMIC, de reuniões de treinamentos e capacitação em sua sede (**Imagem 3**) e também em Recife, Padre Otávio também coordenava, na Universidade Regional do Nordeste - URNE, treinamentos para voluntários, orientados por técnicos da FUNABEM.

Na imagem abaixo estão presentes, numa reunião do CEMIC, coordenadores e assistentes sociais, dentre outros. A fonte aqui utilizada não permite identificar ao certo qual dos homens presentes é o padre Otávio. Mas não seria forçoso supor que o padre fosse o que está de blusa longa, de óculos e em posição central ao lado das mulheres.

IMAGEM 3: PADRE OTÁVIO EM REUNIÃO COM OS DEMAIS INTEGRANTES DO CEMIC



Fonte: jornal Diário da Borborema

Aos voluntários das áreas de Pedagogia e Serviço Social competia selecionar, entre os menores, aqueles aos quais seria aplicada a nova metodologia da FUNABEM. Divididos em quatro grupos, de acordo com as idades (G-1: 6 a 8; G-2: 9 a 11; G-3: de 12 a 14; e G-4: 15 a 18 anos de idade), eles e seus pais receberiam da FUNABEM, através do CEMIC, aulas e treinamentos educativos.

Em alguns bairros de Campina Grande, como o bairro do Catolé e de José Pinheiro, o CEMIC fazia um levantamento socioeconômico, identificando os menores que não frequentavam a escola, portadores de doenças e os subempregados, a fim de engajá-los no programa, assim como faziam os CEMICs de todo território nacional. Sobre esses últimos assistidos, a notícia abaixo fala sobre a atuação do CEMIC na cidade:

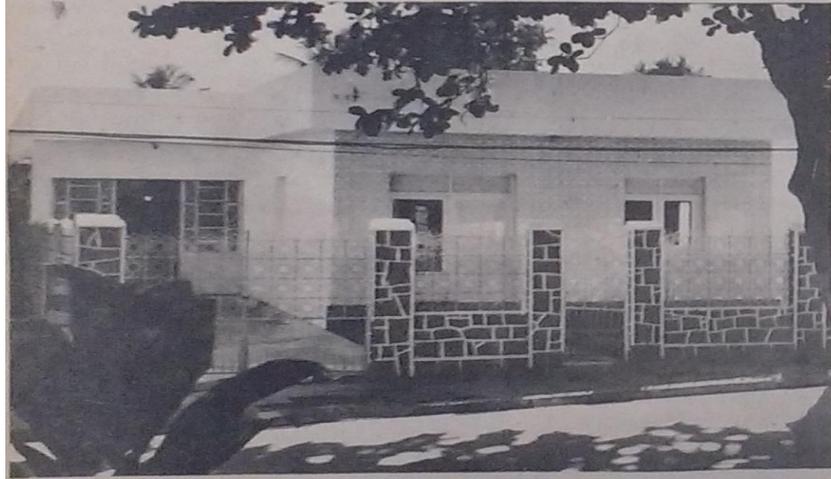
O CEMIC já pega o menor sub-empregado e tem como objetivo evitar a marginalização do mesmo através de um plano de educação. Este plano consiste na formação de grupos de menores, escolha de líderes e satisfação das necessidades básicas da criança: necessidade de saúde, de educação moral cívica, religiosa e sexual, necessidade de segurança social e de amor e compreensão (Diário da Borborema, 12 de janeiro, 1974).

Eram menores que trabalhavam como vendedores de picolés e refrigerantes, gazeteiros, lavadores de carro e engraxates, cujas atividades lucrativas eram exercidas para ajudar na renda familiar.

No CEMIC, eram oferecidos momentos recreativos e orientação sobre como se comportar no trabalho. Em sua sede, localizada na Rua Afonso Campos, nº 247, e em outros bairros, o CEMIC realizava festividades com ações educativas através de palestras, recreação, exposições de filmes, apresentação de grupos folclóricos e jogos infantis com distribuição de brindes para crianças. Essas programações às vezes duravam dois dias, nos turnos manhã e tarde, em bairros diferentes e com intuito de arrecadar recursos para atender os menores. Numa de suas programações, estava marcada a realização, no bairro José Pinheiro, de uma festa folclórica com duração de três dias, cujos lucros angariados seriam destinados à compra de fardamentos (Diário da Borborema, 2 de agosto, 1974).

Para executar um trabalho conjunto com a participação dos pais e seguindo os métodos da FUNABEM, a coordenação do CEMIC buscou, o mais breve possível, o engajamento dos treinamentos aos pais das crianças pobres daquela entidade. Para isso, buscou, na própria FUNABEM, tratar do assunto com o Programa de Educação Complementar para os Pais – PRECOP. Nessa época (em meados do ano de 1974), a Prefeitura Municipal alugou um local com instalações mais amplas, na Rua Deputado Álvaro Gaudêncio, onde passou a funcionar a nova sede do CEMIC (**Imagem 4**).

IMAGEM 4: NOVA SEDE DO CEMIC



Fonte: jornal Diário da Borborema

Contando com duas unidades nos bairros do Catolé e no José Pinheiro, a entidade atendia cerca de 190 menores, mas buscava atingir, até o final daquele ano, a meta de construir mais seis unidades para atender 570 menores beneficiados pelo projeto Programa de Educação Complementar Para os Menores – PRECOM, programa que se desenvolvia paralelamente ao PRECOP. A iniciativa pôde ser observada quando, ainda no mês de maio, foi elaborada uma programação especial para o dia das mães com missa e festividades nas quais foram distribuídos presentes para as mães pobres dos bairros de José Pinheiro e Catolé. No seu trabalho assistencial, o CEMIC falava aos pais da importância do amor, compreensão e da vacinação (Diário da Borborema, 11 de outubro, 1974).

Além de buscar a participação dos pais, através de campanhas o CEMIC também clamava pela participação da comunidade em geral, como é mostrado na notícia abaixo:

Cartazes alertando para a questão e clamando por participação geral, serão afixados nos cinemas, livrarias, clubes e restaurantes, locais de maior concentração da juventude, numa tentativa do CEMIC de atrair para si a atenção dos estudantes para o problema de toda a comunidade (Diário da Borborema, 23 de maio, 1974).

Com se pode observar, com o aumento da preocupação de todos com as crianças desajustadas nas ruas da cidade, o CEMIC lançava campanhas a fim de atrair a participação da juventude campinense no trabalho voluntário.

Noutra campanha, no mês de agosto, o CEMIC apelava à população para que comprasse sabonetes vendidos pelos menores nas ruas da cidade:

Se você comprar um sabonete dos menores controlados pelo CEMIC estará ajudando a instituição a resolver melhor um dos problemas maiores da coletividade. A “Campanha do Sabonete”, instituída pelo Centro de Estudos do Menor e sua Integração na Comunidade, está em tudo a carecer do apoio da população que evita comprar as mercadorias oferecidas pelos garotos, temendo sua procedência, muito embora cada um deles, porte uma carta de recomendação assinada pelo Juiz de menores, comissário de menores, e coordenador do CEMIC. Assim se você encontrar com um desses garotos que vendem sabonetes pelas ruas, peça a sua identificação. Se ver um dos garotos do CEMIC, compre seu produto, é a maneira correta de você auxiliar a comunidade a resolver um problema que no fundo também é seu (Diário de Borborema, 1 de agosto, 1974).

Tratava-se de um novo sabonete à base de geleia, Sabonete BIG-GEL, fornecido de sua matriz, em Recife, e de cuja unidade, vendida pelo preço de um cruzeiro, os menores tinham uma porcentagem de 20%. Tendo as ruas como campo de atuação, a campanha colocava o menor como protagonista de uma nova ação, uma vez que sua presença nelas não se destacava mais por comportamentos reprováveis, mais sim por exercer uma atividade proposta pela instituição que agia contra a marginalização e a mendicância.

Quanto aos que ainda se encontravam em tais situações, a campanha “Você é Responsável Pelo Problema do Menor” pedia que a comunidade agisse da seguinte maneira: sempre que o menor pedisse uma esmola a um transeunte este deveria encaminhá-la ao CEMIC. Com o objetivo de mobilizar ao CEMIC os menores ociosos<sup>10</sup> e tendo como slogan “Não dê esmolas aos menores mendicantes, encaminhe-os ao CEMIC”, foi iniciada nas áreas de maior incidência de mendicância, como o centro da cidade e a feira central.

Como falado anteriormente, nas festividades folclóricas também eram promovidas campanhas para angariar recursos para os menores do CEMIC. Numa delas, em comemoração à semana do folclore, a fonte jornalística aqui analisada fazia o seguinte apelo à comunidade:

“Faça uma Criança Mais Feliz” é o lema da campanha que o CEMIC está realizando, com a finalidade de conseguir escovas de dentes e creme dental. O Pe. Otávio Santos, agradece a todos quantos quiserem colaborar, enviando os artigos para o endereço: Rua Gaudêncio, 732 (Diário da Borborema, 15 de setembro, 1974).

A mobilização fazia parte de um trabalho conjunto em prol da saúde bucal dos menores e que envolvia não somente a comunidade, mas também profissionais da saúde. Junto à participação da comunidade, os estagiários da Faculdade de Odontologia davam assistência aos menores do CEMIC através de um convênio entre o Programa de Estágios Para Universitários da Faculdade de Odontologia e a FUNABEM. A questão da saúde fazia parte de vários esforços do CEMIC. Através de convênio firmado com a Fundação

---

<sup>10</sup> Conforme uma das coordenadoras na época, Maria da Guia Dantas, esses eram os mais difíceis de recrutar (Diário da Borborema, 19 de Outubro, 1974).

Assistencial da Paraíba – FAP a entidade vinha atendendo os menores; palestras de estudantes da área eram proferidas aos menores<sup>11</sup>.

Com relação ao atendimento educacional aos menores, havia, dentre outros saberes, como o esporte e a música, o exercício do teatro e da poesia desenvolvidos no CEMIC. No Departamento de Artes eram ensaiados poemas notáveis da literatura brasileira, como os de Carlos Drummond de Andrade e de Castro Alves, junto às peças infantis<sup>12</sup>, que eram apresentados não só em Campina Grande, mas em outras cidades vizinhas.

É importante observar que nessas cidades, assim como em outros estados, havia serviços com a mesma finalidade ou mesmo os CEMICs recém-inaugurados com os quais o CEMIC campinense mantinha diálogos, para assim melhor atuar na questão. Encontros intermunicipais em Campina Grande e visitas a esses municípios (a exemplo de Alagoa Grande, Patos e Nova Floresta) eram coordenados por Padre Otávio.

### 3.3 Lar do Garoto Campinense

Ainda no início do ano de 1959, Padre Otávio deu seus primeiros passos rumo à construção da instituição que até os dias atuais recebem menores desajustados. Seria o Lar do Garoto Campinense uma instituição dependente da ação de caridade para que pudesse ter sua obra concretizada. Para lá também foram enviados subsídios da FUNABEM para atender os menores abandonados, mas não o necessário para determinar a continuidade de seu funcionamento.

A campanha para fundação da nova obra ganhou força através da imprensa local (**Imagem 5**).

---

<sup>11</sup> Como as proferidas por um estudante de Medicina, por nome de Edmundo Oliveira Gaudêncio, com os temas “Educação Sexual”, “Higiene e Saúde” e “Prevenção contra tóxicos”. Esta última era proferida aos menores de idade entre 15 e 18 anos, sendo esclarecidas as consequências prejudiciais causadas por entorpecentes (Diário da Borborema, 20 de Outubro, 1974).

<sup>12</sup> Iniciativas como essa atraíam a atenção de artistas conhecidos na cidade. Naquele ano foi noticiado que o autor de peças infantis Otto Prado, conhecido por participar do I FENAT (Festival Nacional do Teatro), durante a semana do festival de teatro, ofereceu ao CEMIC peças infantis. Com essa ajuda e com o auxílio do MOBREAL CULTURA, o CEMIC iria montar a peça *A volta do Chapeuzinho Vermelho* (Diário da Borborema, 28 de Julho, 1974).

IMAGEM 5: CAMPANHA PARA CONSTRUÇÃO DO LAR DO GAROTO CAMPINENSE

Fonte: jornal Diário da Borborema

A imagem acima mostra um dos panfletos da campanha, estampado numa das páginas do jornal Diário da Borborema, do dia 16 de abril de 1959. Escrevendo ao povo de Campina Grande, o padre apelava frequentemente para que a população contribuísse. Noutra página do mesmo dia o jornal convidava a população para sintonizar seus receptores na Rádio Borborema. Lá estava sendo realizado o programa Lar do Garoto Campinense, às 17 horas. O programa era realizado sob a orientação do Padre Otávio nas terças, quintas e sábados, com o objetivo de incentivar a campanha.

Como um dos primeiros a se congratular-se com o padre, destacou-se o Lions Club de Campina Grande, clube de serviço humanitário de abrangência internacional. Em cartas, seu secretário mostrou total disposição para colaborar com os serviços. A notícia do envio das cartas ao padre Otávio Santos e ao bispo da diocese de Campina Grande, Dom Otávio Aguiar, trouxe uma revelação importante no tocante às primeiras iniciativas da obra:

Diariamente a campanha para construção do <<Lar do Garoto Campinense>>, em boa hora sugerida por Dom Otávio Aguiar, bispo de nossa Diocese e entregue à sábia e inteligente orientação do Sacerdote da Congregação de Jesus, Padre Otávio Santos, vem recebendo noites [sic] adesões, de todos os setores da sociedade de Campina Grande (Diário da Borborema, 28 de Abril, 1959).

Como vemos acima, a notícia aponta o bispo como idealizador da obra. Além da notícia supracitada, a correspondência enviada a ele aparece como mais um elemento que o aponta como clérigo de grande influência no pontapé inicial para construção do Lar do Garoto. Além disso, Dom Otávio Aguiar (**Imagem 6**) também escrevia à imprensa pedindo a colaboração das autoridades, do comércio, da indústria e das famílias. Outro ponto que vale ressaltar aqui é que a fundação do Lar do Garoto Campinense foi fruto dos esforços do padre junto ao de outros padres da Congregação Sagrado Coração de Jesus. Mas tudo isso não exclui nem de longe o seu protagonismo na fundação e na condução dos trabalhos da instituição.

A fotografia abaixo mostra o bispo em destaque numa das páginas do jornal aqui analisado, na ocasião do seu 25º aniversário de ordenação, em 28 de abril do ano anterior.

IMAGEM 6: DOM OTÁVIO AGUIAR



Fonte: jornal Diário da Borborema

A necessidade de urgência em dar respostas ao problema do menor abandonado não permitia a espera da conclusão da obra. Por isso, pouco depois de iniciada o prefeito Elpídio de Almeida (1955-1959) construiu, no Bairro da Palmeira, galpões para o alojamento provisório em um local cedido pelos Franciscanos. Enquanto a população colaborava<sup>13</sup> com doações de donativos e meios para alimentação e vestuário, o prefeito tornou possível a realização de serviços de adaptação, instalando dormitórios, refeitórios e a capela. Em 13 de maio de 1959 ocorreu a festa de inauguração dessas instalações com caráter expressamente religioso. Na ocasião, “uma procissão das mais concorridas levou a imagem de Nossa Senhora de Fátima, padroeira da Casa, da Igreja de São Francisco para o Lar do Garoto Campinense” (Diário da Borborema, 15 de Maio, 1959).

No mês de junho, foi dado início a realização do que se tornou tradição nos anos seguintes: as festividades juninas do Lar do Garoto. Marcada para acontecer no dia 21, no Colégio Alfredo Dantas, a Festa de Cooperação em benefício de suas obras estava sendo organizada para oferecer números de danças, leilões e outros entretenimentos populares, além de reserva de mesas ao preço de cem cruzeiros.

<sup>13</sup> Somava-se às várias colaborações da população a ação das senhoras e senhoritas que nas portas dos lares e dos cinemas pediam óbulos para a campanha (Diário da Borborema, 20 de Maio, 1959).

Da mesma forma que era frequente os pedidos de colaboração na cidade, a indiferença de muitos em se sensibilizar com a causa suscitava frequentes críticas:

Enquanto se fazem cotas para comprar até por cem mil cruzeiros o passe de um jogador de futebol, o padre Otávio passa horas inteiras ao microfone das emissoras locais, para ao fim de cada programa que realiza, receber Cr\$ 50,00 ou Cr\$ 100 para o <<Lar do Garoto Campinense>> (Diário da Borborema, 26 de Agosto, 1959).

Além trazer uma noção das arrecadações, também há a intenção de mostrar, frente ao escasso comprometimento de muitos setores da sociedade, o incansável esforço de Padre Otávio.

Embora a obra ainda não estivesse totalmente pronta, no final do mês de outubro Padre Otávio já havia começado a encaminhar seus pupilos para a nova propriedade adquirida no distrito de Lagoa Seca. Trata-se de um sítio chamado Imbaúba, com cerca 32 hectares e localizado a três quilômetros do centro da atual cidade de Lagoa Seca. Estava a depender de contribuições da sociedade, dentre outros trabalhos, a construção de sua capela. Por isso, no mês seguinte foram realizadas festividades religiosas no bairro de José Pinheiro, em honra da padroeira da Paróquia São José, para que a renda obtida fosse empregada na construção. Escrevendo aos campinenses com felicitações de Natal o padre solicitava contribuições de fim de ano para compra de roupas e suprimentos para os meninos. Esse apelo de natal e fim de ano com felicitações foi feito por ele em anos posteriores.

O ano de 1960 foi marcante para a história do Lar do Garoto Campinense. Primeiro, porque após solicitação de ajuda a alguns políticos Padre Otávio obteve êxito. Depois de enviar uma carta pedindo ajuda em dinheiro aos ex-deputados federais Plínio Lemos e José Joffily o padre se mostrava muito satisfeito:

O Dr. Plínio Lemos abalou [sic] a banca. Votou logo 12 milhões. Dinheiro, não!...aqueles montes! O Deputado José Joffily, cem mil cruzeiros, por conta da sua cota pessoal. Quer dizer que em 1961 vamos encher de dinheiro a Lagoa Seca, Imaginem! Se todos os Deputados e Senadores se lembrarem dos garotos de rua...adeus dinheirinho miado (Diário da Borborema, 7 de Setembro, 1960).

Os deputados citados pelo padre foram os primeiros a colaborar, de forma tão satisfatória, com o Lar do Garoto Campinense. A eles o padre mostrou-se extremante grato, garantindo que sempre seriam reconhecidos pelos que faziam parte daquele trabalho.

Outro fato marcante para a história da instituição naquele ano foi o lançamento de sua pedra fundamental no dia 1 de novembro. A solenidade foi realizada às 16 horas, precedida de uma missa campal. Na celebração da missa foi dada a primeira comunhão a onze dos 26 garotos que se encontravam internados nas instalações provisórias do Lar do Garoto. Pessoas

notáveis se pronunciaram, congratulando-se com os sacerdotes do Sagrado Coração de Jesus, particularmente com o padre Otávio, pela meritória obra de recuperação social dos meninos de rua. Dentre os personagens mais notáveis estavam um vereador, Fernando Silveira, o prefeito Severino Cabral (1959-1963) e o bispo Dom Otávio Aguiar. Este último, na oportunidade, fez a doação de um cheque no valor de cem mil cruzeiros como contribuição da diocese.

Com relação à conduta dos menores recebidos, o Lar do Garoto buscava assistir, majoritariamente, os menores abandonados para, assim, prevenir que enveredassem em práticas criminosas. Mas devido à dificuldade enfrentada por Filemon Araújo, na Casa de Detenção (com superlotação nas celas, brigas e traquinagens), Padre Otávio conduzia, diariamente, três ou quatro menores a fim de reabilitá-los. O encaminhamento desses menores desajustados resultou em mais um problema: o da fuga dos meninos. Esse problema foi tema de debate numa das reuniões, no fórum da cidade:

[...] tendo usado da palavra Eugenio Pessoa, um dos responsáveis pelo Lar do Garoto, focalizando o problema da fuga dos meninos ligados àquela obra, 'que deverão ser recambiados imediatamente, através da ação dos fiscais de menores'. O referido sacerdote se comprometeu em fornecer ao sr. Filemon Araújo, diretor da Casa de Detenção, uma relação nominal de todos os menores residentes no Lar do Garoto, para melhor realização do trabalho (Diário da Borborema, 20 de Fevereiro, 1965).

Essa era a segunda reunião realizada pelo Conselho de Amparo ao Menor - CAM, entidade fundada para tratar do reajustamento dos menores delinquentes.

Para encontrar uma solução através da reeducação deles em estabelecimento especializado, foi realizada uma reunião em março de 1966. Nela, compareceu Padre Otávio, o curador de menores, Dr. José Ewerton Nóbrega, a diretora da Faculdade de Serviço Social, irmã Angela Beleza e Filemon Araújo. Em maio, o assunto foi novamente debatido, na ocasião da visita, à Campina Grande, do professor Francisco de Paula Ferreira, então técnico da FUNABEM, juntamente com o secretário do Interior e Justiça, o bacharel Sabiniano Maia, e o juiz da Comarca da capital paraibana, Antônio Mariz Maia. A visita à Paraíba se deu através de convite do governador João Agripino (1966-1971). Na oportunidade, foi solicitada a realização de um convênio entre o Governo do Estado e o Lar do Garoto, para ampliação de suas instalações e adaptação para receber menores delinquentes, evitando, assim, de serem recolhidos na cadeia local. O apelo era para que fosse construído no Lar do Garoto um pavilhão especial, para onde fossem encaminhados os menores delinquentes. Mas, ao que parece, foi tudo em vão. No ano seguinte, em entrevista, o curador de menores relatou que os esforços do CAM não lograram êxito.

Contudo, esse não foi o único apelo feito ao poder público que não foi atendido. Em mais um esforço, o padre solicitou ajuda à SUDENE para melhor desenvolver as atividades agrícolas e artesanais, mas não obteve êxito, pois, segundo o órgão, obras particulares não se enquadravam nos seus planejamentos.

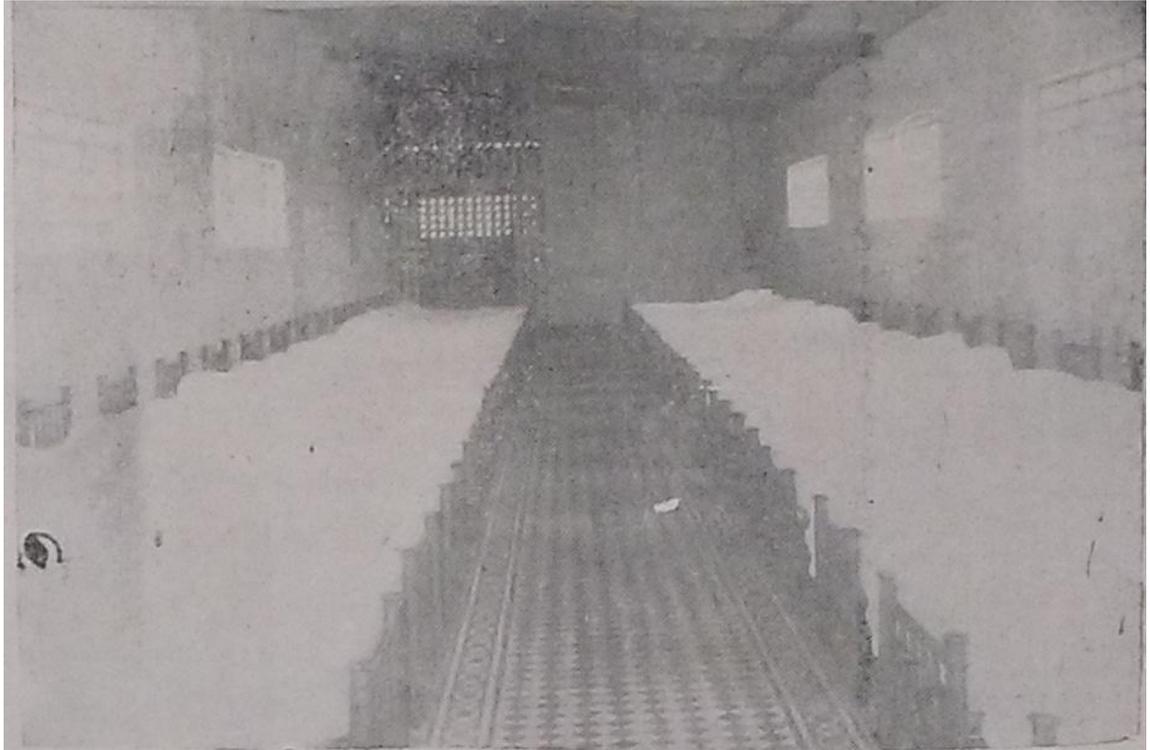
Até o final dessa década, é inegável que Padre Otávio muito pôde contar com a ajuda governamental e do povo campinense. Porém, esses auxílios mostravam-se insuficientes. Segundo o padre, quase tudo o que havia sido feito no Lar do Garoto devia-se ao envio de recursos pela Caritas e pela MISEREOR, organizações europeias da Igreja Católica destinadas a combater a pobreza em vários países. Enquanto recebia verbas consideravelmente minguadas do governo federal, do governo do estado recebia “uma ajuda de Cem mil cruzeiros, resultado de decreto-lei, impossível de ser revogada. Entretanto, uma outra, Cr\$ 40.000, foi retirada, cancelada, inexplicavelmente” (Diário da Borborema, 22 de Janeiro, 1967). Sem condições de alojar um número maior de garotos, até então somente 15 deles residiam no Lar do Garoto.

Mesmo sem muitas condições e já atendendo menores, as construções dos prédios nas proximidades do edifício-sede davam prosseguimento às obras de extensão da instituição. Até então, cerca de um quinto da obra estava sendo concluído. Conjunto em que estavam distribuídos os seguintes setores: Administração, Capela, Dormitórios (**Imagem 7**), Oficinas, Sala de Banho, Garagem-lavanderia, Restaurante, Casa das Irmãs, Enfermaria, Reclusão, Clube Aulas e Alojamento dos rapazes.

Dentre outros espaços, havia os reservados para aulas agrícolas e criação de animais. Estábulo, pocilga e aviário distribuíam-se entre as culturas agrícolas e a horticultura para, assim, garantirem o orçamento e o suprimento na mesa.

Apesar de ofuscada, a fotografia abaixo permite observar um espaço organizado e repleto de camas, fruto dos esforços do padre.

IMAGEM 7: DORMITÓRIO DO LAR DO GAROTO



Fonte: jornal Diário da Borborema

Com a chegada da década de 1970, o Lar do Garoto continuou seus trabalhos com os menores, contando com a colaboração da sociedade e do poder público. As festividades do mês de junho, para angariar recursos financeiros, ocorreram nos anos de 1973 e 74. Em abril de 1973, por exemplo, o prefeito Evaldo Cruz (1973-1977) firmou um convênio com o Lar do Garoto, através do qual a instituição se comprometeu em receber 15 menores por ano enviados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, recebendo, por cada menor encaminhado, um valor de Cr\$ 25,00 mensais. Estes permaneceriam lá até completarem 17 anos, quando automaticamente seriam desligados.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto, o menor como objeto de preocupação dos campinenses tendeu a avançar desde o ano de 1959 até toda primeira metade da década de 1970. O aumento dos menores nas ruas em situação de mendicância e abandono suscitou o empenho de magistrados, enquanto os debates entre políticos locais já era comum na cidade. O principal empecilho para resolver o problema se dava à falta de um local que abrigasse, em regime de internação, os menores que já havia enveredado para o crime. Uma das primeiras providências tomadas foi a criação da Casa da Paz, uma instituição que recebeu os menores, evitando assim, que eles dividissem espaços de reclusão com os adultos criminosos.

Através desse estudo é possível observar que o trabalho preventivo dos menores contou com a participação de diferentes setores da sociedade. Junto ao esforço dos juízes e diretores da casa de detenção, destacou-se a ação da comunidade, de empresas e da igreja. A notoriedade do Padre Otávio Santos se deu através de um esforço com o problema que não se dirigiu apenas para sua maior obra, o Lar do Garoto, mas sim por ele ter sido ativo em diversos trabalhos de prevenção à marginalização e ao abandono do menor. De fato, o padre pode ser considerado um dos defensores mais ferrenhos da infância e a adolescência desvalida. Até nas suas viagens, quando se encontrava de licença, esteve participando de estudos relativos aos trabalhos assistenciais. Exemplo disso é a viagem que realizou a Europa. Gozando de uma licença de quatro meses, em meados de 1973, esteve na Holanda participando de estudos. Participou do Capítulo Geral dos Padres do Sagrado Coração de Jesus, cuja assembleia teve duração de 47 dias, com participação de 80 padres de 17 países; visitou vários países; em três deles – Portugal, Holanda e Espanha – visitou várias Casas de Caridade.

A discussão sobre a atuação do CEMIC ajuda a entender como essa entidade buscou o apoio da comunidade para, com seu trabalho educativo-preventivo, extirpar, ou pelo menos muito diminuir, o número de menores criminosos nas ruas de Campina Grande. Sob a coordenação do padre Otávio, o CEMIC conseguiu unir forças de diversos setores para atender os menores. Dentre essas contribuições destacaram-se as doações de empresas, a colaboração das comunidades locais, o trabalho voluntário de profissionais em formação, a prefeitura e a atenção da FUNABEM.

Para dar andamento ao trabalho do Lar do Garoto, seus esforços se davam nos apelos feitos ao povo campinense e também à ajuda que vinha de fora. Por isso, para que o Lar do

Garoto atendesse os meninos foi preponderante a iniciativa da igreja, mas também das respostas dadas aos apelos por caridade. Na imprensa, o padre convidava os leitores para visitar, aos domingos de manhã, o trabalho assistencial do Lar do Garoto. Nos meses de dezembro, Padre Otávio encontrava-se muito atarefado angariando ajuda financeira dos campinenses para a campanha de realização do Natal do Lar do Garoto. Escrevia às pessoas mensagens de felicitações de Natal, fazendo apelos para que a população contribuísse com roupas, alimentos e dinheiro.

Não implica dizer que o Lar do Garoto estava em funcionamento no período aqui abordado graças às ações de caridade. Pois como o próprio padre dizia, a grande maioria do que era angariado para lá partia da ajuda religiosa vinda de outros países. Mas as ações de caridade, da sociedade campinense, foram de grande serventia para o seu funcionamento. “As pessoas daquela região plantavam frutas, batatas, inhames, mandioca, entre outros, e mandavam para a instituição a fim de ajudar padre Otávio naquele trabalho com os menores” (Santos, 2019, p. 355).

Enfim, para entender o Lar do Garoto atual como local de reeducação de menores, é de suma importância entender como se deu todo o esforço para a sua criação e seu funcionamento desde 1959. Perceber as motivações, as dificuldades e os esforços do Padre Otávio Santos nos ajuda a refletir não apenas no funcionamento da instituição e no perfil dos menores ali abrigados. Além de entender o quanto a iniciativa religiosa se preocupava com as questões sociais, no tocante ao menor abandonado e em envolvimento com práticas criminosas, o presente trabalho torna possível refletir sobre como esse problema era vivenciado na cidade de Campina Grande e como era percebido pelos campinenses.

## FONTES

### Fontes primárias

Jornal Diário da Borborema

GRECO, Maria da Penha Ferreira. Entrevistas concedidas entre 27 e 30 de setembro de 2018-2019.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Tâmara Ramalho de Sousa. A criminalização da juventude pobre na Paraíba: **reflexões acerca das mudanças e permanências**. 2013. 178 f. Dissertação (Mestrado) – UFPB, João Pessoa.

ARIÈS, Philippe. A vida escolástica. In: **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. - Rio de Janeiro: LTC, 1981.

LIMA, Janderson Moreno. A cultura escolar no Lar do Garoto. In: **História local: múltiplos olhares**. – João Pessoa: Ideia, 2018, p. 307-318.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito menor. In: **História da Criança no Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Contexto, 1996, p. 129-145.

PASSETTI, Edson. O menor no Brasil republicano. In: **História da Criança no Brasil**. 4. ed. – São Paulo: Contexto, 1996, p. 146-173.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século. In: **História das crianças no Brasil**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2002, p. 210-230.

SANTOS, Joabson Silva dos. Lar do Garoto: um trabalho preventivo com os meninos da segunda metade do século XX em Lagoa Seca-PB. In: **Limites no horizonte do tempo: textos em história local**. - João Pessoa: Ideia, 2019, p. 351-360.

SANTOS, Joabson Silva dos. Os tutores da desordem: **uma abordagem histórica sobre juventude e criminalidade**. 2018. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – UEPB, Campina Grande.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças, saúde e paciência para chegar até aqui, mesmo com tantas dificuldades.

Aos meus pais, que tanto torcem para me verem chegar cada vez mais longe na trajetória acadêmica.

À minha namorada por está ao meu lado em todos os momentos de angústia e também de alegria. Pessoa que sempre se mostra feliz com a minha felicidade.

Ao meu amigo Duda. Não sei se seria possível chegar à conclusão desse trabalho se ele não tivesse me emprestado seu computador, tendo em vista que tive a tristeza de ficar por meses, até o momento que escrevo estas linhas, por tempo indeterminado, sem computador para escrita desse trabalho. Cujo aparelho apresentou problemas, deixando de funcionar, nesse momento decisivo na minha vida.

Ao meu amigo Rangel, que dedicou um dia todo fazendo as devidas instalações no computador para que eu pudesse retomar o trabalho.

À minha orientadora professora Lucira, por sua compreensão e por aceitar me orientar.

Agradeço também à assistente social da instituição socioeducativa Lar do Garoto, D. Penha. Ela que sempre me recebeu bem em sua casa e sempre se dispôs a me dá entrevistas para as produções anteriores com esse tema.

Ao NUPEHP, por ser o ambiente onde me orgulho de está participando de atividades tão importantes para o ofício do historiador.

Não poderia deixar de expressar também minha enorme gratidão por tudo que aprendi e pelas experiências que adquirir com a professora Luíra. Sou grato pela pessoa maravilhosa que ela é com seus alunos e por todo exemplo de amor e dedicação que ela representa no NUPEHP.

Ao meu amigo Ivo, que desde a graduação esteve disposto a me ajudar, tirar minhas dúvidas, me dar conselhos. Grato pela sua companhia, pelos momentos de risadas, seja na universidade ou nas redes sociais.

A toda minha turma da especialização, em especial à “minha equipe” Francisco, Augusto e Michel, companheirismo existente desde a graduação. Não poderia deixar de agradecer pela companhia e sincera amizade do amigo Manoel Neto e do amigo Pablo.